



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

#### ACTA N.º 11/IX-4º/2009

- 1 - Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e nove, pelas 21H15, nas instalações nas Instalações dos Bombeiros Voluntários de Almada, sitas na Rua Cândido Capilé nº 13, em Almada, realizou-se a Terceira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, referente ao mês de Abril, com a seguinte agenda:-----
- 1 - Período de Antes da Ordem do Dia-----
  - 2 - Período de Intervenção dos Cidadãos-----
  - 3 - Período da Ordem do Dia-----
    - 3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Documentos de Prestação de Contas referente ao exercício de 2008", (Continuação).-----
      - 3.2.1 - Relatório e Conta de Gerência de 2008 e Anexos às Demonstrações Financeiras do Município.-----
      - 3.2.2 - Relatório e Conta de Gerência de 2008 dos SMAS.-----
    - 3.3 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:-----
      - 3.3.1 - "1ª Revisão Orçamental do Município".-----
      - 3.3.2 - "1ª Revisão Orçamental dos SMAS Almada 2009".-----
- 2 - Fez-se a chamada dos Srs. Deputados Municipais e foi verificado o quorum.-----
- 3 – Estiveram presentes na reunião quarenta eleitos, (faltaram à reunião os Srs. Fernando Jorge Amoreira Fernandes - Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Sr. António José Pinho Gaspar Neves - Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica), (não foram substituídos os Srs. Caetano da Conceição Rolo e Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida).-----
- 3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:-----  
José Manuel Maia Nunes de Almeida; Sérgio Neves Correia Taipas; Maria Luísa Monteiro Ramos; Bruno Ramos Dias; José Luís Abreu Leitão; Maria Luísa Rodrigues Barros de Almeida Beato; João Eduardo Alves de Moura Galdes; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Helder de Jesus Dias Viegas; José Gabriel Guiomar Joaquim; Paula Cristina Loureiro Coelho; Maria da Graça Contreiras de Matos Mascarenhas Pessoa; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes; Amadeu Dinis Vaz; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Maria Amélia da Silva dos Santos Clemente Campos; Domingos José Soares de Almeida Lima; Nuno Filipe Miragaia Matias; Armando de Jesus Barata; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; Miguel Ângelo Moura Salvado; Helena Maria Gomes de Oliveira; Luís Filipe Pereira; Fernando Albino D’Andrade Mendes; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; José



## Assembleia Municipal

Manuel Pereira; José Mário Castelhana Ferreira; Carlos Alberto Tomé Valença Mourinho; Maria Manuela Batista C. S. Lopes e Francisca Luís Baptista Parreira.-----

4 – Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

4.1 – O Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos Srs. Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência, prevista no artigo 78º, da Lei nº 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:-----

- O Sr. Deputado Municipal Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães, com Ausência no dia 30 de Abril de 2009, (**Conforme ANEXO I**).-----
- O Sr. Deputado Municipal André Vieira Pinharanda Delgado, com Ausência no dia 30 de Abril de 2009, (**Conforme ANEXO II**).-----
- O Sr. Deputado Municipal Ruben José de Almeida Martins Raposo, com Ausência no dia 30 de Abril de 2009, (**Conforme ANEXO III**).-----
- O Sr. Deputado Municipal António Rodrigues Anastácio, com Ausência no dia 30 de Abril de 2009, (**Conforme ANEXO IV**).-----
- A Sr.ª Deputada Municipal Ana Margarida Machado da Silva Lourenço, com Ausência no dia 30 de Abril de 2009, (**Conforme ANEXO V**).-----
- O Sr. Deputado Municipal Caetano da Conceição Rolo, com Ausência no dia 30 de Abril de 2009, (**Conforme ANEXO VI**).-----
- O Sr. Deputado Municipal Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida, com Ausência no dia 30 de Abril de 2009, (**Conforme ANEXO VII**).-----
- O Sr. Deputado Municipal Manuel Maria Braga de Marques Gomes, com Ausência no dia 30 de Abril de 2009, (**Conforme ANEXO VIII**).-----

4.2 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:-----

- O Candidato Exm.º Sr. Vitor Manuel Gomes da Fonseca, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães e por impedimento dos cidadãos Sr. Vitor Telmo Moreira Gonçalves, Sr. José João Santos da Mata e Sr. Alain Magalhães Pereira (PEV), (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS IX, X e XI**).-----
- O Candidato Exm.º Sr. Álvaro Maurício Pinto dos Santos, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. André Vieira Pinharanda Delgado e por



**Assembleia Municipal**

impedimento do cidadão Sr. Pedro Santos Maia, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS XII e XIII**).-----

- A Candidata Exm.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> Laura Valadas Davide, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. Ruben José de Almeida Martins Raposo e por impedimento dos cidadãos Sr. Jorge Silva Martins, Sr. Joaquim António Silva Gomes Barbosa, Sr. Vítor Manuel dos Santos Castanheira, Sr.<sup>a</sup> Inês Sofia Sanches Alexandre e Sr. Quitério Reis Pereira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS XIV, XV, XVI, XVII, XVIII e XIX**).-----

- O Candidato Exm.º Sr. Vasco Manuel Gonçalves Martins, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência da eleita Sr.<sup>a</sup> Maria José Bruno Esteves, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XX**).-----

- O Candidato Exm.º Sr. Ricardo Filipe Germaninho Dias, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. António Rodrigues Anastácio, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XXI**).-----

- A Candidata Exm.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> Maria da Glória Almeida Figueiredo Pedroso, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência da eleita Sr.<sup>a</sup> Ana Margarida Machado da Silva Lourenço, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XXII**).-----

-

- O Candidato Exm.º Sr. Francisco Nogueira Bernardes da Silva, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. Manuel Maria Braga de Marques Gomes e por impedimento da cidadã Sr.<sup>a</sup> Maria do Rosário Gonçalves de Oliveira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XXIII e XXIV**).-----

4.3 – O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações das Juntas de Freguesia de Cacilhas, de Caparica em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, devido a justo impedimento os Presidentes do Órgão Autárquico são substituídos na Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, o Sr. António Malcata Paixão Farinha, o Sr. João Paulo Santos Correia de Oliveira,



**Assembleia Municipal**

respectivamente, (**Conforme ANEXOS XXV e XXVI**).-----

4.4 – Fez-se a distribuição aos Srs. Deputados Municipais da Informação da Actividade dos Membros da Mesa em Representação da Assembleia N.º 03/08-09.-----

4.5 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Actas N.ºs 05/IX-4º/2009, 06/IX-4º/2009 e as Minutas das Actas N.ºs 05/IX-4º/2009, 06/IX-4º/2009, que foram respectivamente aprovadas por unanimidade e ratificadas por unanimidade.-----

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos que foi de imediato encerrado por não se verificar qualquer inscrição para uso da palavra.-----

6 – Passou-se ao Período da Ordem do Dia.-----

6.1 – Entrou-se no ponto 3.2 da agenda com a apreciação e votação das Propostas N.ºs 92/IX e 93/IX de iniciativa da Câmara Municipal e aprovada em Reunião Camarária de 31/03/2009, sobre «Documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício de 2008 e relativos ao Município e aos SMAS» e considerou-se a "Certificação Legal de Contas e o respectivo Relatório de Fiscalização da SROC", (Continuação - **Conforme ANEXOS XIV, XV e XVI**, constantes da Acta N.º 10/IX-4º/2009).-----

6.1.1 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Cristina Coelho; Luís Varela Pais; Luís Filipe Pereira; Bruno Dias; Henrique Margarido; Nuno Matias; Sérgio Taipas; o Sr. Vereador e Presidente do Conselho de Administração dos SMAS - Nuno Vitorino e a Sr.ª Presidente da Câmara.-----

6.1.1.1 - A Sr.ª Deputada Municipal Cristina Coelho:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Estamos hoje a apreciar e discutir, em Assembleia Municipal, o documento relativo à Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento referentes ao ano de 2008. Documento bem estruturado, de leitura francamente facilitadora das análises, tanto técnica como política, e de onde imediatamente podemos retirar a conclusão de que, em matéria de água e saneamento, os SMAS de Almada cumpriram, e muito bem, os compromissos assumidos em Opções do Plano e Orçamento.-----

O nível global de execução orçamental foi de 90% e o nível de cabimentação de investimentos 78,9%, sendo o grau de autonomia financeira dos serviços de aproximadamente 74%. É ainda de salientar que a disponibilidade financeira actual permite encarar, o ano de 2009, sem qualquer constrangimento no que se refere ao pagamento atempado das despesas previstas, seja em matéria de despesas correntes ou de investimento.-----



## Assembleia Municipal

O Município de Almada assegura e desenvolve, através do SMAS, um serviço com, e para, os Almadenses assegurando as necessidades de água à população residente e, às mais diversas actividades económicas, mas também, a todos os que visitam o nosso Concelho.-----

Em 2009, com o objectivo de manter o elevado nível de condições de extracção e armazenamento de água foram efectuados dois novos furos, e estabelecido um protocolo com a Marinha Portuguesa que permitirá a execução de 6 novas captações nos próximos 10 anos, acautelando, desde já, o futuro do abastecimento publico de água no Concelho de

Almada.-----

O sistema de drenagem de águas residuais foi ampliado em 12 km, entrou em serviço o reservatório do Feijó e desenvolveram-se várias intervenções no âmbito do sistema de tratamento de águas residuais com substituição de equipamentos na ETAR da Mutela e a conclusão das obras da 1ª fase de beneficiação da ETAR da Quinta da Bomba.-----

Foram apresentadas 3 candidaturas ao QREN, cujo valor global de investimento é de 40 milhões de euros, a saber:-----

- Reformulação e Qualificação do Sistema de Adução;-----
- Reformulação da ETAR da Quinta da Bomba;-----
- Emissários da Bacia Norte e de Serviço à Costa Polis.-----

A linha de orientação “garantir a qualidade da água fornecida” foi aplicada cumprindo integralmente o Plano do Controlo da Qualidade da Água, verificando-se que a água fornecida é de elevada qualidade, sendo ainda de salientar que os SMAS de Almada foram convidados a integrar o grupo de trabalho criado no âmbito do Projecto Piloto “Plano de Segurança da Água” desenvolvido pelo IRAR - Instituto Regulador de Águas e Resíduos, face ao reconhecimento, a nível nacional, do uso de boas práticas e da capacidade de inovação e realização destes serviços.-----

A preocupação permanente do combate à exclusão dos utentes com dificuldades económicas, defendendo o princípio da universalidade do acesso à água, é uma das linhas de trabalho destes serviços que importa relembrar, sobretudo face à crise económica e social vivida actualmente em Portugal, e à qual a população do Concelho de Almada não é imune.---

E perante a situação económica, social e de ataque aos direitos dos trabalhadores vivida actualmente no nosso país, a bancada da CDU da Assembleia Municipal não quer deixar de fazer aqui uma referencia muito especial aos trabalhadores dos SMAS de Almada que, apesar da sucessiva retirada de direitos inerentes à sua condição de trabalhadores da função publica, através da sua capacidade,



## Assembleia Municipal

responsabilidade, profissionalismo, e sentido de serviço público continuam, com todo o seu empenho, a construir uma melhor Almada para todos nós.-

Todos os factores acima referidos são reveladores da capacidade dos SMAS dos cumprimento dos compromissos assumidos com a população de Almada, mas também da excelente capacidade da gestão pública deste “Bem” que é a água, prestando um serviço público com níveis de excelência, garantido, simultaneamente, a transparência e a proximidade aos cidadãos e munícipes. É por tudo o que já foi mencionado nesta intervenção que a CDU apoia e aprovará o “Documento de Prestação de Contas dos SMAS de Almada de 2008”.-----

6.1.1.2 - O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Após várias intervenções que ouvimos aqui ontem de apreciação mais generalista e mais abrangente relativamente ao Relatório que estamos agora neste momento em apreciação, achamos também que deveremos também nesta fase, como já foi dito e referido ontem também por vários Srs. Deputados, é uma fase em que deve ser feito um balanço, devem ser medidos os objectivos que foram traçados para um ano, e como todos nós sabemos em gestão devemos ter objectivos, devemos medi-los para poder gerir e portanto é nesse âmbito da intervenção que eu gostaria hoje de fazer aqui uma breve apreciação sobre algumas decisões políticas deste Executivo relativamente a algumas áreas sectoriais e que decorrem como é natural da avaliação e da análise do Relatório que estamos neste momento em apreciação.-----

Decorridos cinco meses desde a entrada em funcionamento na linha do Metro Sul do Tejo, importa desde já efectuar um balanço do impacto na vida quotidiano dos almadenses em dois vectores de avaliação. O impacto na revitalização do comércio local nomeadamente na zona do espaço canal, e a avaliação das decisões tomadas pelo Executivo Camarário quanto às políticas de estacionamento, mobilidade e de apoio ao desenvolvimento económico no seu eixo de influência. No primeiro vector expurgando o factor crise que afecta todos os sectores da economia o que se verifica é que a manutenção de um cenário a todos os níveis de grande desilusão, ignóbil, atente da microeconomia pouco ou nada beneficiou até à data com a introdução no eixo central da Cidade do MST. Avisadamente e prudentemente o PSD apresentou nesta Assembleia medidas e políticas que antecipavam a necessidade de complementar uma requalificação urbana associada ao MST com medidas de planeamento sérias construtivas e interventivas. Estabeleceram-se objectivos que importa medir para gerir. Avaliamos pois no segundo vector as políticas de mobilidade. Apoio ao desenvolvimento económico e estacionamento. No cenário actual conhecemos uma via quase impedonal ou quase e automóvel híbrida sem assunção realista e



## Assembleia Municipal

definitiva dessas funções para falta de segurança os seus utilizadores. No cenário actual conhecemos um programa de nome Almada centro virtualmente implementado no seu conteúdo, mas sobejamente propagandeado na sua forma. No cenário actual abunda um deserto de ideias propostas para fazer face ao eucalipto que seca a actividade na vida estruturante da nossa Cidade. No cenário actual sobra a inépcia de não se ter atempadamente e de forma exaustiva diligenciado na construção e entrada em funcionamento dos necessários parques de estacionamento que devem ser parte integrante de uma rede de infra-estruturas e mobilidade.

Estabeleceram-se objectivos, importa medir para gerir. É verdade que políticas da Administração Central são contributivas de forma indirecta. A integração do MST no títulos de transporte e passe social, a criação de lojas do cidadão no centro de Almada, subsídios directos ao comércio, etc., etc.. Todas elas já foram objecto de reivindicação, moções e de justas ou idealistas lutas nestes e noutros fóruns.

Estabeleceram-se objectivos, importa medir para gerir. Importa medir para gerir, e importa medir. E passados cinco meses verificamos que as políticas do Governo Local associadas ao novo paradigma de vivência urbana são insuficientes, deficientes e carentes de inovação e de respostas úteis, ao fim único da qualidade de vida dos seus cidadãos, importa gerir.-----

Excelentíssimos Senhores Deputados, como Deputado Municipal eleito desde o início do Mandato fui sobejamente brindado com o discurso da experiência política da Sr.<sup>a</sup> Presidente do executivo, que nos exortou a todos a lutar a insistir e a colocar na Agenda Política as temáticas que nos movem como comunidade, como exemplo durante estes anos, lutamos pelo princípio de precaução do tema Linhas de Alta Tensão, como exemplo aprovámos diversos documentos em que defendemos os postos de trabalho no Arsenal do Alfeite. Façamos o exercício em causa própria. Como comunidade não podemos desistir do centro da nossa Cidade, como não podemos desistir de qualquer Praceta, Rua, Plano Estratégico ou meio de transporte que justamente ansiamos para a nossa população. Como comunidade exigimos a quem tem o poder de mudar que gira e actue no sentido de inverter a tendência assistida que e o desligai o aparelho de apoio à vida no centro da nossa Cidade.-----

Ao fim de cinco meses a primeira medição está feita, é tempo de reconhecer que as políticas estão erradas, é tempo de deixar a cega vontade de negar propostas válidas meramente com justificação de que não é proposta da maioria então nega-se a razão.-----

Assim Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara é tempo de perguntar, o que está o Executivo a planear para inverter a desertificação comercial do centro de Almada? Que medidas estão elencadas e como tenciona medir o verdadeiro impacto das mesmas."-----

6.1.1.3 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



## Assembleia Municipal

Sobre o Relatório de Prestação de Contas de 2008 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento-----

Acerca do Relatório de Prestação de Contas de 2008 apresentados nesta Assembleia pelo SMAS o Bloco de Esquerda tem a dizer o seguinte:-----

1- Por consideramos que a actividade do SMAS, em prol do abastecimento de água à população do Concelho, tem sido norteadada pela procura da optimização da qualidade, mantendo-se o Concelho de Almada, no grupo restrito dos Concelhos, que em Portugal resiste às investidas a favor da privatização — seja da captação, seja sobretudo da distribuição de água, mantendo-se assim fiel à doutrina de que os bens essenciais (como o é a água) devem permanecer no domínio público.-----

2 - Por verificarmos que o SMAS promoveu e mantém um esquema de discriminação positiva que permite a muitas famílias carenciadas dispor de água canalizada.-----

O Bloco de Esquerda vota favoravelmente o Relatório apresentado, e ao mesmo tempo exorta a CMA e o SMAS a continuarem com as políticas que vêm seguindo em relação à água potável, prosseguindo na senda de manter a “Água Pública”.-----

Aproveitamos ainda a oportunidade para continuar a exortar o SMAS a iniciar estudos tendentes à reutilização das águas tratadas pelas ETAR's. Sabemos que se trata de um investimento inicial volumoso, mas julgamos que tal investimento reverterá em pleno na preservação deste bem escasso e fundamental para a vida das populações."-----

6.1.1.4 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

O Relatório e Conta de Gerência 2008 do Município de Almada reflecte um ano de trabalho autárquico na transformação do Concelho cumprindo de corpo inteiro os compromissos assumidos junto dos almadenses quer ao nível do Programa Eleitoral da CDU, quer ao nível do Plano aprovado pela Câmara e Assembleia Municipais para o ano em causa. E esse trabalho trouxe resultados concretos também e desde logo nos domínios da mobilidade, da qualificação urbana, da promoção do desenvolvimento económico. 2008 foi o ano da conclusão da rede do Metro Sul do Tejo nesta actual fase, um projecto decisivo para a promoção do transporte colectivo e da mobilidade quer no âmbito da qualificação urbana e da transformação da Cidade. E isso resulta do esforço notável da actividade do Município dos seus serviços, com o conjunto de acções concretas que temos em apreciação neste Relatório, nos espaços exteriores, na iluminação pública, na segurança rodoviária e na sinalização, na construção e qualificação da rede viária. Mas 2008 foi o ano em que este Município, Câmara e Assembleia Municipais disseram basta ao impasse de Poder Central que mais uma vez não esteve à altura das suas





## Assembleia Municipal

responsabilidades, das responsabilidades que assumiu, desta feita no tocante aos parques de estacionamento associados à rede do Metro Sul do

Tejo.-----

Por isso aí estão só agora a avançar estes parques de estacionamento pela intervenção da autarquia que tomou em mãos a resolução de um problema causado por outros. É preciso ainda sublinhar que ao contrário das atoardas do PS neste debate a verdade é que há uma adesão da população ao Metro Sul do Tejo, particularmente tendo em conta que o Governo insiste em não integrar sem mais custos para os utentes este meio de transporte no sistema do passe social apesar das reivindicações das populações de Almada. As acções realizadas em 2006 e evidenciadas neste relatório permitem aliás concluir que mais uma vez o nosso Concelho está a ajudar o País com o trabalho que aqui se desenvolve com pioneirismo e o avanço das iniciativas e dos projectos, com experiências verdadeiramente inovadoras ao nível da mobilidade urbana dos chamados modos suaves de promoção de uma Cidade mais amiga das pessoas, é disso que falamos quando referimos a rede ciclável e o seu avanço no Concelho. Quando referimos a acção integrada para a acalmia do tráfego automóvel e aqui importa constatar que esta experiência de Almada está na verdade a contribuir a nível nacional com soluções técnicas e opções consagradas no Plano de Mobilidade que foram adoptadas e integradas no trabalho da autoridade nacional de segurança rodoviária, do IMIT, do diagnóstico para a revisão do código da estrada. Estamos a falar de um processo em que o Município assumiu e assume uma atitude de acompanhar, avaliar, ouvir, reflectir, aprender com a experiência, é que às vezes a memória é curta e alguns esquecem as adaptações, os aperfeiçoamentos decididos já durante a concretização do Plano de Mobilidade no Concelho. Não houve nem há solução de autoritarismos, nem inflexibilidades, mas também não há oportunismos eleitoralistas como aqueles que apenas estiveram a favor de tudo o que é contra e contra tudo o que é a favor.-----

Em 2008, Almada foi a única finalista portuguesa no prémio da Semana Europeia da Mobilidade, figurando entre as três melhores autarquias de um projecto que envolveu 2108 Vilas e Cidade Europeias. Contra factos não há argumentos.-----

A verdade é que este debate tem sido pródigo em argumentos e afirmações verdadeiramente inacreditáveis com o PS a afirmar e citamos «que não houve nenhuma opção do Município relativamente à dinamização da actividade económica ou de que não houve nenhum apoio ao comércio local do Concelho». Ora, ao contrário do que algumas pessoas pudessem imaginar injustamente estas palavras não demonstram ignorância ou estupidez de quem não sabe nem quer saber, o que demonstram é a desonestidade política de quem sabe o que está a dizer, sabendo que não está a dizer a verdade. E a verdade é que o Município de Almada decidiu apoiar com benefícios fiscais directos o tecido



## Assembleia Municipal

económico do Concelho. Isenção de derrama para empresas com facturação abaixo de cento e cinquenta mil euros, setenta por cento das empresas do Concelho, oitenta por cento de isenção de taxas de urbanização para indústria e para o turismo, isenção total para a instalação de empresas de investigação e desenvolvimento, participação activa da autarquia nos processos de candidatura no comércio local para programas de modernização e apoio ao sector. As muitas e diversificadas acções de divulgação e promoção do comércio local promovidas em parceria, lado a lado com os comerciantes do Concelho. Quem confunde isto com luzes de Natal, não está de olhos abertos para esta cidade. Enquanto o Governo PS, à semelhança do que fez o Governo PSD e CDS, que castiga os comerciantes, os micro pequenos e médios empresários do Concelho com pagamento especial por conta verdadeiramente irracional, enquanto os deixa em verdadeira asfixia financeira à mercê da Banca e privilegia os grandes grupos económicos, enquanto vai minimizando o poder de compra dos trabalhadores e dos reformados, enquanto prossegue esta política criminosa de destruição do aparelho produtivo e do emprego no Concelho, que o digam os trabalhadores do Arsenal do Alfeite. Aqui está a diferença na acção concreta do Poder Local Democrático em Almada.-----

Sr.<sup>a</sup> Presidente o trabalho realizado pelo Município de Almada em 2008 visível neste Relatório, prosseguiu um caminho ao longo de anos por uma força de um projecto que têm ainda muito mais futuro que memória e o fruto do profissionalismo, do empenho e da capacidade dos trabalhadores da autarquia e é a concretização de uma visão estratégica e de uma opção política em prol de uma vida melhor para Almada e os almadenses que acima de tudo demonstra que é possível uma política diferente e uma forma diferente de estar na política."-----

6.1.1.5 - O Sr. Deputado Municipal Henrique Margarido:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

O documento em apreço representa um modelo esgotado de exercício do poder local. Verificamos que a Câmara utilizou o Saldo de Gerência para compensar a diminuição no orçamento das Receitas, motivada pela redução do IMT e da Derrama, dada que se isentou e bem, após longa luta do PS (conforme documentação aprovada na Assembleia Municipal) as empresas com volume de vendas, inferior a 150.000 €, mas que representam uma parte significativa do nosso tecido empresarial, estimado em cerca de 80%.-----

No montante dispendido pela autarquia, no que diz respeito à formação Profissional, verifica-se que apenas foram utilizados 79 mil dos 113 mil euros orçados.-----



**Assembleia Municipal**

No nosso entender, é necessária e obrigatória uma Política de Qualidade do município, que assente na Melhoria Contínua dos serviços prestados, junto dos munícipes, privilegiando o seguinte:-----

- Assegurar que os serviços correspondam às necessidades e expectativas dos Munícipes, nomeadamente quanto à qualidade e funcionalidade.-----
- Criar as condições prioritárias à optimização da satisfação dos Munícipes.-----
- Estimular a participação activa de todos os colaboradores na implementação da política estratégica para o concelho, para uma melhor eficiência dos recursos e uma máxima eficácia face aos objectivos.-----
- Assegurar a formação adequada para o desempenho das diferentes funções, necessárias ao correcto desempenho das mesmas.-----
- Estimular o trabalho solidário de equipa, com o objectivo de aproveitamento de sinergias das capacidades individuais.-----

Senhora Presidente, traçar os objectivos de uma gestão camarária é estabelecer uma estratégia de desenvolvimento sustentável, que garante a sustentabilidade integrada nos diversos planos, com incidência no domínio económico, social e do ordenamento e qualidade ambiental.-----

Senhora Presidente, a qualidade de vida das pessoas obtém-se com desafios concretos:-----

- O desafio da inovação;-----
- Da formação;-----
- Da capacidade tecnológica;-----
- Da produtividade;-----
- Modernização das empresas;-----
- Qualidade do emprego;-----
- Igualdade de oportunidades;-----
- A Utilização de novas tecnologias;-----
- Do reforço a qualidade e eficiência da gestão autarca, promovendo a participação, activa e responsável dos cidadãos e das instituições no concelho.-----

A uma dinâmica sem precedentes de investimentos da Administração Central na Península de Setúbal, e também em Almada, com a concretização do MST e do Polis, bem como o lançamento da concessão do Baixo Tejo, a Câmara, ficou-se com uma execução orçamental no investimento de apenas 81,5 %, o que deixou cerca de 6,5 Milhões de investimento não executado no município.-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Senhora Presidente, 2008 foi mais um ano, com oportunidades perdidas.-----

Mais um ano, em que as infra-estruturas rodoviárias na periferia da cidade de Almada foram deixadas ao abandono.-----

Mais um ano, em que ficaram seiscentos mil euros para gastar em parques de estacionamento responsabilidade da Câmara e não do Governo, como aqui foi afirmado.-----

Almada merece melhor.-----

O Partido Socialista perante este tipo de Orçamento só tem uma solução, votar contra."-----

6.1.1.6 - O Sr. Vereador Nuno Vitorino - Presidente do Conselho de Administração dos SMAS:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

O tempo da Câmara não é muito e eu irei usá-lo muito comedido. Tive um Professor de Filosofia que me disse que o maior risco de uma pergunta é demonstrar o quanto não sabemos daquilo que perguntamos. O Partido Socialista ao fim de vários anos de tentativa de explicarmos a diferença entre a organização das contas e a prestação das contas da Câmara e dos SMAS, ainda não conseguiu interiorizar os conceitos. Três conceitos base podem tomar nota: custos; proveitos; resultados; despesa e saldo, esta é a diferença. Colocaram aqui sobre a mesa a questão de que foi por ter sido um resultado positivo que não se investiu, não tem rigorosamente nada a ver com isso. O resultado tem a ver com o exercício, com os resultados económicos do exercício e o investimento, o PPI tem a ver com a despesa. Só se reflecte nos anos seguintes, mas eu gostava de vos dar algumas notas, efectivamente 52% e digo com muito orgulho, 52%. Mas aquilo que aqui não foi dito é que a cabimentação foi de 78%, 9,5 milhões de euros, mas mais. Significa um investimento per capita de 38,78 euros por habitante em Almada. SMAS de Oeiras e Amadora, resultado liquido de 2007 quinze milhões de euros, investimento per capita vinte euros.-----

Queria dizer-vos que do que foi publicado pela entidade que representa a ordem dos contabilistas e entidade que representa os contabilistas, o documento que compila todos os resultados económicos de autarquias e de serviços municipalizados, todos os dados disponíveis na internet não existe em 2007 um único serviço municipalizado que tenha investido per capita mais do que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada. Oeiras já disse, Torres Vedras trinta e sete euros e noventa e oito cêntimos, Montijo nove euros, Caldas da Rainha trinta e cinco euros, Peniche vinte e três euros, Maia vinte e quatro euros. Quanto a este assunto penso que estamos arrumados e gostava apenas de acrescentar uma pequena nota sobre o assunto da ETAR da Mutela que trazem aqui recorrentemente.-----

Aquilo que vos queria dizer é que neste tempo de funcionamento a ETAR da Mutela retirou do Rio Tejo doze mil seiscentos e dezasseis toneladas de lamas que foram para aterro e que não foram para o Rio



## Assembleia Municipal

Tejo. Se não existisse, a poluição que teria ido para o Rio Tejo seria quatro vezes superior do que aquela que foi canalizada naturalmente porque a remoção nunca é total. Mais, não apresentamos dados, o LNEC decidiu fazer um projecto de investigação e desenvolvimento tecnológico sobre os indicadores de funcionamento das ETAR, convidou quem? Águas de Portugal, SIMARSUL, SIMELIS, SIMRIA, SIMTEJO, e quem é que convidou dos Municípios, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada.-----

Não tenho mais tempo, queria apenas acrescentar que o exercício que o Partido Socialista fez sobre o Relatório dos SMAS foi tomar a árvore pela Floresta, foi pensar que encontrando um ou outro ponto em que eventualmente poderiam existir fragilidades podia esconder o essencial.-----

Os serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada e os seus trabalhadores prestam ao Concelho de Almada e ao ambiente do Concelho de Almada e ao Arco Ribeirinho Tejo um trabalho e um serviço público de excelência e esta é que é a verdade que perdura, e esta é que é a verdade que está no documento e esta é que é a verdade que nem o Partido Socialista nem ninguém pode esconder."-----

6.1.1.7 - A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Estamos a chegar ao fim do debate relativamente à análise do nosso Relatório e Conta de Gerência de 2008. Durante as horas e os dias que aqui estivemos reunidos falou-se de um outro Concelho, falou-se de um outro Relatório e Conta de Gerência, falou-se de um outro filme que não do Concelho de Almada. Não fora as intervenções da CDU e os cidadãos, os Municípes que participaram, que acompanharam esta discussão ficariam a pensar que o seu Concelho é um Concelho do terceiro mundo, que no seu Concelho nada se faz, que tudo se faz ao avesso, que tudo se faz em detrimento dos direitos e dos interesses das populações. Mas, intervenções da CDU foram claras, basearam-se no conteúdo do Relatório e Conta de Gerência, basearam-se no trabalho que durante todos os dias e durante todo o ano se faz neste nosso Concelho. Ao contrário do que a oposição pretendeu fazer crer Almada atingiu neste ano de 2008 um novo e muito significativo patamar de desenvolvimento em todos os domínios da vida local, na educação, na cultura, no desporto, na acção social, no ambiente, no saneamento básico, no ordenamento do território e em muitos outros, Este Relatório põe em evidência nas suas duzentas e setenta e quatro páginas que nada nem ninguém ficou para trás na actividade da autarquia durante o ano de 2008.-----

Reforçou-se a Cidade Educadora, da Cultura e do Conhecimento, reforçou-se a Cidade Solidária com o apoio a quem mais precisa, reforçou-se a Democracia Participativa, reforçou-se a Mobilidade e o



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Estacionamento, desenvolveu-se o Planeamento com destaque para o Planeamento Estratégico, reforçou-se a rede de Equipamentos Educativos, Culturais, Desportivos, Solidários, Parques e Zonas Verdes. Atingiram-se elevados resultados ao nível da modernização dos serviços e da qualidade da prestação às nossas populações. Construíram-se novos alicerces para um novo período de trabalho e desenvolvimento da nossa terra. Temos uma visão para o futuro de Almada e vamos continuar com a solidez que temos a desenvolver mais bem estar para a nossa população. Uma solidez económica e financeira pese embora a crise que o País atravessa. A cooperação, o trabalho em parceria é uma realidade que encontra expressão em todo o Relatório que estivemos a analisar e a apreciar.-----

Os trabalhadores da autarquia viram garantidos e assegurados os seus direitos, ampliada a segurança no trabalho, reforçada a formação, melhoradas e alargadas as respostas sociais aos trabalhadores e às suas famílias, criaram-se apoios, incentivos para o desenvolvimento do comércio e para sectores estratégicos prioritários tais como as indústrias de base tecnológica e o turismo.-----

Estamos quase a encerrar um novo ciclo autárquico com extraordinários resultados para a vida das nossas populações. Almada tem sólidos alicerces construídos nestes 35 anos de Abril, pelo Poder Local com as populações e com todos os actores locais e por isso temos a certeza que Almada vai ser capaz de muito mais no futuro, porque Almada tem um projecto humanista, moderno, sério, participado e não prescinde com certeza de continuar este projecto no próximo futuro. Com dedicação, com empenho, com entusiasmo dos autarcas e dos trabalhadores do nosso Município e das instituições da nossa terra."-----

6.1.1.8 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Era apenas para dar nota e dar informação à Assembleia que no seguimento da intervenção do Partido Social Democrata sobre o Relatório e Conta de Gerência 2008 entendemos que haveria a necessidade de esclarecimentos adicionais que por imperativos do funcionamento desta Assembleia naturalmente seria complicado serem dados de forma cabal, àquilo que foram algumas das questões que nós aqui levantámos, e nesse sentido e até pegando naquilo que foi o Relatório da Sociedade de Revisores de Oficiais de Contas que no seu ponto nº 8.2 refere que o Decreto nº 54-A/99 estipula como "um dos princípios contabilísticos fundamentais o da especialização do exercício" e que continuando diz que "as demonstrações financeiras do Município ainda não foram preparadas na sua plenitude, de acordo com este princípio", é uma coisa e é algo que nós temos também alertado ao longo do tempo, mas que em virtude disso e percebendo que na Assembleia é complicado haver a informação e uma vez que o



**Assembleia Municipal**

próprio Relatório não dá, o Partido Social Democrata irá entregar através da Mesa dois Requerimentos e eu passaria a dar essa informação a toda a

Assembleia.-----

O primeiro diz respeito, e não lendo na totalidade:-----

"No Relatório e Conta de gerência de 2008, a Câmara Municipal de Almada apresenta verbas em rubricas onde não é claro por insuficiência de especialização de exercício o objectivo e destino das mesmas. Nessa sentido e por forma a que seja do conhecimento dos Deputados Municipais que têm o dever de acompanhar e fiscalizar o desempenho da autarquia, requeremos as seguintes informações.-----

1- Quantas estruturas de Outdoor e de que tipo foram usadas nesta campanha?-----

2- Qual o preço pago pela Autarquia? Que empresa foi contratada e de que forma foi adjudicada a concretização da mesma?-----

3- Quantos folhetos foram produzidos no âmbito desta campanha? Qual o custo financeiro da sua produção e distribuição? E que entidades foram contratadas e de que forma se processou a adjudicação destes serviços?"-----

O segundo Requerimento diz respeito a 2008 ou 2009, não sabemos, certamente quando foi adjudicada esta despesa, mas tem a ver com aquilo que é público, é que a Câmara Municipal lançou uma campanha de divulgação acerca dos 35 anos do 25 de Abril e nesse sentido a nossa questão é clara:-----

"1- No Mapa de Despesa (página 204 do Relatório e Conta de Gerência de 2008), refere-se na rubrica 020220- Outros Trabalhos Especializados, que os compromissos assumidos foram de 3.185.267,48€. Onde se gastou, quem forneceu os bens ou serviços, e com que justificação se efectuaram estas despesas?-----

2- No Mapa de Despesa (página 204 do Relatório e Conta de Gerência de 2008), refere-se na rubrica 02022599- Outros Serviços - Outros, que os compromissos assumidos foram de 1 182.587,81€. Onde se gastou, quem forneceu os bens ou serviços, e com que justificação se efectuaram estas despesas?-----

3- No Mapa de Despesa (página 205 do Relatório e Conta de Gerência de 2008), refere-se na rubrica 06020399- Outras Despesas Correntes - Diversas, que os compromissos assumidos foram de 523.648,33€. Onde se gastou, quem forneceu os bens ou serviços, e com que justificação se efectuaram estas despesas?-----

4- No Relatório e Conta de Gerência de 2008, é visível que o montante pago pela Autarquia ao Pessoal em Regime de Tarefa e Avença ascendeu a 981.168,23€. Quantos funcionários se encontram nestas



## Assembleia Municipal

situações? Que tipo de funções estão abrangidas nesta verbas? Qual a remuneração para cada tipo de função?"-----

Entendemos nós que é um principio de transparência de verbas que infelizmente não têm ainda, como dizem os próprios Revisores Oficiais de Contas, a especialização do exercício que se impunha e que facilitaria ao Órgão fiscalizador o acompanhamento das Opções Estratégicas da Autarquia e fruto disso e por percebermos que a dinâmica da própria Assembleia leva a que não seja possível haver aqui esclarecimento cabal das nossas dúvidas, iremos entregar à Mesa estas questões e pedir formalmente os esclarecimentos que de direito nos são devidos."-----

6.1.1.9 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Estamos a concluir a análise dos Documentos de Prestação e Contas de 2008 do Município e dos SMAS, e embora isso já tenha sido feito aqui noutras intervenções, convém reforçar esta ideia, nós estamos a fazer a análise política dos resultados alcançados pela gestão da CDU em 2008. Contextualizados no seu programa de mandato e se o quisermos no Plano de Actividades de 2008. Nós não estamos aqui a analisar os programas eleitorais do PS, do PSD ou do Bloco de Esquerda. Estamos a analisar um Relatório e Conta de Gerência de uma Autarquia no contexto das responsabilidades de uma autarquia, essa autarquia chama-se Almada e a realidade que estamos a analisar é de Almada e não nenhuma outra.-----

Também não estamos a discutir ou a analisar aqui as responsabilidades e os incumprimentos do Programa do Governo e estamos a fazer esta análise no contexto do País que somos na grave crise que atravessamos e com a cautela e o bom senso que devemos ter em qualquer comparação porque as realidades dos Municípios são diversas, a verdade é que o País é o mesmo e é neste contexto que nos encontramos e é neste contexto e é só neste contexto que é honesto analisar o que está aqui a ser apresentado e a primeira afirmação inequívoca que fazemos é que os resultados desta gestão quer a nível da Câmara, quer a nível dos SMAS são excelentes. E são excelentes em qualquer lado e ainda poderemos salientar mais essa excelência no contexto da realidade portuguesa actual.-----

Isto foi amplamente justificado, em primeiro lugar pelo próprio Relatório que nos é apresentado. Claro, transparente e que fala por si daquilo que se passou. Foi amplamente justificado e fundamentado nas intervenções da Sr.ª Presidente da Câmara e do Sr. Presidente dos SMAS. E foi amplamente justificado e fundamentado em pormenor por todas as intervenções que a CDU já aqui fez agora.-----





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Vamos portanto a alguma síntese essencial, começando por dizer que não somos daqueles que pensamos que tudo está bem e temos a clara consciência de que há muito futuro pela frente, vamos ser protagonistas desse futuro e há muito trabalho pela frente e estamos aqui para continuar a resolver os problemas. Mas é inequívoco que Almada está muito melhor do que há trinta e cinco anos, Almada está muito melhor do que há quatro anos, Almada está muito melhor do que há um ano e isto deve-se em larguíssima medida como é óbvio ao projecto e ao trabalho continuado e permanente sufragado até hoje da CDU. É fundamental neste contexto e no contexto desta intervenção rebater algumas das críticas que nos foram feitas, começando desde logo por afirmar que esta excelência não é informada por ninguém, porque ninguém disse que esta gestão não é boa. O PS até concorda, o que quer diz é que a CDU não faz nada e que o de essencial que se está a fazer aqui no Concelho foi o Governo que fez e até que foi o Governo que pagou, como adiante se clarificará melhor.-----

O PSD diz que está bem, mas o que diz é que em qualquer sítio do mundo, qualquer gente em qualquer lugar fazia exactamente o mesmo, sabendo perfeitamente que isso não é verdade.-----

O Bloco de Esquerda faz críticas de fundo sistemáticas à nossa política essencial. Acantona-se em duas ou três áreas que são as do costume e procura aí desvalorizar a política da CDU com o objectivo político e ideológico e partidário fazer a ultrapassagem da CDU pela esquerda.-----

Portanto, é fundamental termos em conta isto e termos a seriedade de analisar objectivamente aquilo que de facto mais interessa ao povo de Almada que é trabalhar para que este Concelho seja cada vez melhor e resolva cada vez melhor os problemas.-----

Não é aceitável que se diga que a Lei das Finanças Locais, como disse o Partido Socialista na sua intervenção, é uma Lei que ainda veio beneficiar as Autarquias. Esta leitura só pode ser feita por um representante do Governo nesta Assembleia Municipal, porque todos os Autarcas deste País andam a dizer precisamente o contrário. E portanto é inequívoco. Agora, a lógica disto é esta, os Comunistas são maus, gerem mal, têm que ser abatidos, não é verdade? O Governo é bom, mais dinheiro em Almada, então foi o Governo que o deu. Quer dizer, são raciocínios simplistas deste tipo, perfeitamente inaceitáveis que tentam fazer aqui passar gato por lebre.-----

Depois também não conseguem deixar de dizer que a gestão é excelente quando falam da taxa de execução, é porque baralhando e falsificando os números conseguirão talvez retirá-la do nível de excelência, mas não conseguem por muita manipulação que façam, baixa-la a nível do muito bom, e isto



### Assembleia Municipal

é também muito claro. A dinamização económica procuram reduzi-la à caricatura das iluminações de Natal e não é preciso fazer mais comentários.-----

Relativamente à crítica que agora é recorrente em relação ao Metro Sul do Tejo, da dificuldade de gerir obras em tempo real. Estamos aqui perante também uma mistificação que já foi desmontada várias vezes e relativamente ao papel do Governo no MST, no Polis e no Projecto das Estradas, quando se diz que agora nós temos que reconhecer que o Governo intervém, o que acontece é que o projecto das estradas durante alguns vinte anos não esteve lá e portanto nós temos sempre dito que o PIDDAC não serve, que ninguém fez, agora está, e portanto nós reconhecemos que há um projecto para virem fazer aquilo que já deviam ter feito há vinte anos.-----

A habitação social, a Câmara não está contente com a situação da habitação social, as questões da habitação social são gravíssimas, mas o que é inaceitável é que se tente responsabilizar uma Autarquia pelo fundo desta questão, quando essa Autarquia investe um milhão e trezentos mil em habitação social só de sua responsabilidade em 2008 e não cobra dívidas ao nível dos quinhentos mil euros, e não há um único despejo. A Câmara está a fazer o que pode neste contexto, portanto jogos de palavras em que comparam números alterando-os e não os respeitando, de habitação social com o que é a publicidade também é uma manobra de baixa política. Como a crítica à não modernização, quando Almada é referência nacional em termos de modernização e quando os serviços públicos em Portugal funcionam como funcionam, também é inaceitável que aqui se faça.-----

Relativamente ao PSD o que há que referir é que o PSD de facto não fala destes Relatórios que estão aqui a ser apresentados, não falou da política de Almada. O Sr. Deputado Nuno Matias num estilo a que nos vem habituando e repetindo no essencial tudo aqui que diz, num estilo inaceitável que em primeiro lugar há que referir não é o carácter do estilo gongórico de campanha eleitoral à antiga portuguesa, cada um tem o seu, mas é o facto da intervenção ser vaga, ser genérica e não ter quase nada a ver com o Relatório que está em apreço. O que se passa, nós não estamos aqui a pôr em prática o Plano de Actividades do PSD, por muito que isso lhe custe. Nós estamos a cumprir o nosso mandato, os nossos objectivos, os nossos valores, o nosso compromisso com a população. Não vale a pena por mais que se esforce, quando a realidade não convém transformar a ficção em realidade que ninguém acredita nisso, e ainda mais, quer dizer, são de facto intervenções destas que afastam a população da política, porque toda a gente já está farta deste tipo de discurso e de conversa, ninguém tem pachorra para aturar esta conversa. Nós temos que falar é de coisas objectivas e da realidade objectiva e dos factos objectivos.-----



## Assembleia Municipal

Relativamente ao Bloco de Esquerda faz. no fundo concentram-se essencialmente nisto, é a questão da participação dos cidadãos porque quando fala da participação dos cidadãos, do processo de Revisão do PDM e da Juventude não está a falar de política de juventude nem está a falar do processo de Revisão do PDM, está a falar da participação dos cidadãos nestes processos. E sobre este aspecto conviria dizer que nós que entendemos. O PDM de Almada foi o primeiro neste País que foi feito de uma forma diferente, completamente diferente e com participação, temos defendido que é essencial a participação dos cidadãos, não subscrevemos a participação tal como o Bloco de Esquerda a entende. E está aqui plasmado na intervenção que nos leram e que diz no final da primeira página: "o envolvimento das pessoas nos projectos, desde o seu planeamento inicial realizando sessões temáticas e campanhas dirigidas que cheguem a todos os almadenses". Cada vez que há um projecto a Câmara tem que fazer sessões temáticas, tem que fazer campanhas para a população participar.-----

Nós entendemos e é isso que fazemos quotidianamente que o Poder Político Democrático deve convocar, incentivar os cidadãos à participação. Desculpem Srs. Deputados do Bloco de Esquerda e entenda-se o que eu vou dizer no sentido metafórico do termo para não baixarmos o nível da linguagem. Mas nós não entendemos que cada vez que é preciso comprar um rolo de papel higiénico, temos que fazer um Plenário da população. É só isto, porque de resto as múltiplas formas de participação dos cidadãos e o trabalho que como força política fazemos fora dos órgãos de gestão, para que a população de facto se organize e participe, e que são complementares, isso é que é essencial à participação dos cidadãos plenamente na política.-----

Quando falam da juventude, por exemplo e quando tentam quase ironizar as festas, os festivais, os concursos e os espectáculos, é bom que se refira que todas essas realizações não são feitas para os jovens, são feitas com os jovens e correspondem a uma intervenção dos jovens nesses processos.-----

Eu diria que nós votamos coerentemente estes Relatórios, em coerência com o que foi o Plano 2008, com o que é o Plano 2009 e com o que é o nosso projecto que se lança no futuro."-----

6.1.1.10 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu realmente acho que há que fazer aqui dois reparos e uma correcção. A primeira correcção é que o PSD nem disse que estava tudo mal em Almada, nem disse que estava tudo bem. Aquilo que dissemos é que podia Almada ter uma outra ambição, e de ser muito melhor. E portanto, aquilo que era interessante era que houvesse capacidade de encaixe em relação às críticas, mas nós já percebemos



## Assembleia Municipal

que é tão rigorosa essa falta de capacidade de encaixe como o vosso conceito de democracia é também sui generis. Agora, aquilo que é verdade é que o PSD teve ocasião de ir buscar dados concretos do Relatório de Conta de Gerência. Não só teve ontem, como hoje apresentou o Requerimento. Vamos ver qual vai ser a resposta, mas sobretudo aquilo que era interessante era ter havido ocasião nesta Assembleia, já que entendem que houve a audácia de ir buscar investimento, que nos apresentassem os resultados.-----

Quantas empresas é que vieram para Almada? Quantos empregos qualificados é que foram criados no nosso Concelho? Que combate à exclusão social é que tem sido desenvolvido? Que dados, que resultados? Tanta coisa tem sido bem feita, porque é que no Relatório de Conta de Gerência isso não está vertido para nós podermos avaliar?-----

Infelizmente isso não está. E portanto quando dizem que nós vimos aqui repetir, é verdade, pois claro os erros são os mesmos, queriam que disséssemos o quê? O contrário daquilo que temos feito nos anos anteriores? Pois claro, os erros estratégicos são os mesmos.-----

Aquilo que nós deixamos bem claro é que da mesma forma que nós respeitamos a vossa visão era importante que tivesse a capacidade democrática de respeitar a dos outros, porque há uma coisa que é verdade e para terminar, porque também certamente já não tenho muito tempo, é que verdadeiramente nós temos noção que Almada melhorou em trinta e cinco anos, para melhor, agora poderíamos ter feito muito mais e muito melhor. E aquilo que era necessário é que se entendem que fizeram mais do que aquilo que nós temos dito que não fizeram, mostrem os resultados, tivessem isto no Relatório de Conta de gerência. Infelizmente não está."-----

6.1.1.11 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Breves palavras, com a devida vénia, para responder ao Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas acerca daquilo que o Bloco de Esquerda aqui apresentou. Nós também achamos que este tipo de intervenção também não aproxima a população da política. Porque o processo do PDM em Almada foi de facto exemplar, e nós acreditamos que o processo de Revisão do PDM em Almada também pode ser exemplar e reduzir esta ideia que o Bloco de Esquerda aqui apresenta ao nível do papel higiénico é um erro e sobre isto também estamos conversados."-----

6.1.1.12 - A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu gostaria de dizer que de facto Almada está muito melhor do que o País, porque nunca foi governada nem pelo PS, nem pelo PSD.-----



## Assembleia Municipal

Queria dizer que relativamente à nuvem de fumo para ensombrar os extraordinários resultados que este Relatório aqui apresenta, é uma nuvem de fumo maliciosa e que naturalmente rejeitamos em absoluto toda a tentativa de ensombrar e de tornar menos claro aquilo que é claro no documento em apreço.-----

Há um rigor na gestão contabilística e financeira que nenhum Revisor de Contas pôs em causa. E queria dizer que o POCAL ainda não está aplicado por inteiro em nenhum Município de Portugal e se há Município avançado na aplicação do POCAL é o Município de Almada.-----

Mas a terminar gostava de ler as duas últimas referências do Parecer do Revisor e diz assim:-----

«O relatório de gestão refere os principais factos ocorridos no exercício, bem como a evolução da actividade desenvolvida pela CMA e sua previsível evolução no futuro. Consideramos assim, que o referido relatório satisfaz as disposições legais em vigor;-----

Face ao exposto e, tendo em conta o referido na Certificação Legal de Contas, somos de Parecer que o Relatório de Gestão, a Execução Orçamental, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, o mapa de Fluxos de Caixa e os respectivos Anexos da Câmara Municipal de Almada, referentes ao exercício de 2008, merecem aprovação.»-----

6.1.2 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação das Propostas Nº 92/IX e Nº 93/IX:-----

6.1.2.1 – A Proposta Nº 92/IX, foi aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreira), dezasseis votos contra (de eleitos do PS, do PSD e do BE) e uma abstenção (de eleito do PS - a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria), através das seguintes deliberações:-----

### -----Deliberação-----

**A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea c), do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a alteração introduzida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do nº 1, do artigo 47º, da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, aprova o Relatório de Actividades do Município referente ao exercício de 2008 nos precisos termos da deliberação camarária de 31 de Março de 2009.-----**

### -----Deliberação-----

**A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea c), do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a alteração introduzida pela Lei nº 5-A/2002, de 11**



## Assembleia Municipal

**de Janeiro, e do nº 1, do artigo 47º, da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, aprova a Conta de Gerência e o Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município referentes ao ano de 2008, nos precisos termos da deliberação camarária de 31 de Março de 2009.**-----

6.1.2.1 – A Proposta Nº 93/IX, foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal, Sobreda, e do BE) e catorze abstenções (de eleitos do PS, inclusive a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, e do PSD), através das seguintes deliberações:-----

### -----Deliberação-----

**A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea c), do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2004, de 11 de Janeiro, aprova o Relatório de Gestão dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento – SMAS referente ao exercício do ano de 2008, nos precisos termos da deliberação camarária de 31 de Março de 2009.**-----

### -----Deliberação-----

**A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea c), do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2004, de 11 de Janeiro, aprova a Conta de Gerência e o Inventário Patrimonial dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento – SMAS referente ao exercício do ano de 2008, nos precisos termos da deliberação camarária de 31 de Março de 2009.**---

6.2 - Entrou-se no ponto 3.3 da agenda com a apreciação e votação das Propostas Nº 94/IX e Nº 95/IX de iniciativa da Câmara Municipal e aprovada em Reunião Camarária de 15/04/2009, sobre «Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento do Município para 2009» e «Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento dos SMAS para 2009», (**Conforme ANEXOS XXVII e XXVIII**).-----

6.2.1 – Usou da palavra a Sr.ª Presidente da Câmara para apresentar a respectiva Proposta.-----

6.2.1.1 - A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Temos então duas Propostas, uma por parte da Câmara Municipal e outra dos Serviços Municipalizados, constituem a Primeira Revisão Orçamental de 2009. Quer eu quer o Presidente dos SMAS ficamos à vossa disposição para os esclarecimentos que queiram pedir-nos de modo a pouparmos também o nosso tempo."-----



## Assembleia Municipal

6.2.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Nuno Matias; Ricardo Germaninho; Odete Alexandre e a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara.-----

6.2.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Mais do que querermos avaliar a esmagadora maioria das dotações e reforços desta Primeira Revisão, queríamos apenas alertar para um facto que ontem foi abordado na nossa intervenção e que para nós é deveras preocupante, porque se traduz aqui numa confirmação da nossa preocupação.-----

Aquilo que é aqui referido é que o incremento do esforço financeiro para 2009 neste Primeira Revisão engloba um aumento de cerca de dois milhões setecentos e cinquenta e quatro mil euros, até aqui tudo bem, nós não pomos em causa as opções desses valores à partida. Agora, aquilo que é importante realçar e é importante registar, é que este não é o aumento real do esforço económico-financeiro da Câmara para 2009. E os movimentos que aqui estão apresentados demonstram-no muito bem. É que do ponto de vista contabilístico existe aqui um movimento de saldo nulo entre aquilo que é a retirada da potencial receita de venda de terrenos para o financiamento dos parques de estacionamento, aquilo que é verdade é que a contrapartida que aqui apresentam é o uso de dezasseis milhões e setecentos mil euros do saldo de gerência.-----

Aquilo que nós ontem dissemos e tem sido uma preocupação corrente do PSD nesta Assembleia é que não somos a favor da ditadura do saldo, mas também não somos a favor do uso do saldo para despesas estrategicamente incorrectas feitas para corrigir um erro crasso de quem não teve um modelo de financiamento e decisão de construção dos parques de estacionamento que melhor fossem a resposta para os reais e melhores interesses dos cidadãos. E aquilo que é verdade é que se do ponto de vista contabilístico esta Primeira Revisão representa apenas um aumento no esforço financeiro de dois milhões e quinhentos e qualquer coisa mil euros, aquilo que é verdade é que do ponto de vista económico-financeiro representa um esforço muito mais significativo, porque reparam, ao retirar-se uma verba potencial de receita que seria a venda do património, que do ponto de vista contabilístico tem efeito nulo, do ponto de vista de gestão financeira como qualquer pessoa que entenda desta matéria percebe, isto tem consequências. E se mais nada fosse alterado, e se tudo o resto se mantivesse constante como manda a teoria económica, dizer quando se analisa este tipo de movimentos, aquilo que sucederia é que o saldo de gerência iria sofrer um corte de 46,55%. Senão reparam, em 31 de Dezembro de 2008 o saldo registado no Relatório de Conta de Gerência reporta um montante de trinta e cinco milhões oitocentos e setenta e seis mil euros, com este movimento estão aqui a apresentar na Revisão



## Assembleia Municipal

Orçamental, e mantendo-se tudo o resto constante, nesta altura não temos outros dados, isto representaria um Saldo de Gerência no final do Período de dezanove milhões cento e setenta mil euros. O que significa este corte de 46%.-----

Bom, aquilo que para nós PSD é importante realçar, ressaltar e deixar esta nota, é que para nós não é aceitável o financiamento de uma obra que é responsabilidade da Câmara e que não foi em determinada altura acautelada e que agora para corrigir um erro crasso, a tarde e más horas, tem que se recorrer a este saldo de gerência porque naturalmente os terrenos não poderiam ser vendidos nesta altura no contexto macroeconómico que estamos a viver.-----

Aquilo que é verdade é que isto vai ter consequências no equilíbrio económico-financeiro a médio e longo prazo da Autarquia. Não é preciso ser muito entendido nesta matéria-----

E portanto como compreenderão e no seguimento daquilo que tem sido as nossas preocupações reiteradas nesta Assembleia e aquilo que é visível nesta Proposta, nós não vamos subscrever esta Primeira Revisão Orçamental, porque aquilo que fica claro é que a chamada de atenção que temos feito mais do que uma vez e que ontem voltámos a referir aqui, está concretizada, as nossas piores cautelas e os nossos piores receios e infelizmente o Saldo de Gerência está a ser delapidado. Nós percebemos que a médio prazo não serão vossas excelências que estarão na gestão do Município, mas era fundamental que não gerissem para os próximos meses, mas que se preocupassem que Almada e o Município vai continuar depois dos Srs., infelizmente para vocês mas felizmente para os Almadenses abandonarem o Poder Autárquico."-----

6.2.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Ricardo Germaninho:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

A Sessão vai a meio e já se sente de certo modo no ar que estamos num período eleitoralista. Quando se quer fazer uma manobra de diversão fala-se mal do Governo e de certo modo isto é a prática CDU, ao fim e ao cabo como já foi dito pelo menos por dois Deputados da Assembleia Municipal, já lá vão trinta e cinco anos em que a desculpa é sempre a mesma, quando alguma coisa de bem, atenção que é a Câmara que faz bem, quando há alguma coisa de ruim é o Governo, não importa qual, é o Governo. Em trinta e cinco anos nunca tivemos um Governo de jeito neste País, é uma vergonha, mas aqui em Almada pelos vistos está tudo bem, de acordo com a vossa perspectiva. Mas vamos a factos. Nos últimos anos isto é um facto, temos assistido a um investimento sem precedentes por parte da Administração Central do Estado no Município de Almada. Os dados assim o provam. E desde a concretização do Metro Sul do Tejo, que enfim teve os seus atrasos, sabemos bem porquê, ao próprio Programa Polis na Costa de Caparica já foi dito e é importante reforçar esta situação para deixar claro e





## Assembleia Municipal

ainda também o lançamento da concessão do Baixo-Tejo. Agora estes investimentos foram sem dúvida desacompanhados da actuação por parte da Autarquia Local. Ora a subexecução de investimento por parte da Autarquia Local, não é resultado de uma eventual falta de verbas, isso já foi provado, ao fim ao cabo temos um Saldo de Gerência de trinta e cinco milhões de euros, é francamente positivo, mas foi resultado certamente do adiar projectos e falta de ideias efectivas para a promoção do desenvolvimento e criação de emprego no Concelho.-----

E mais uma vez foram aqui colocadas questões interessantes, como seja: quantas empresas é que foram realmente criadas no nosso Município nos últimos anos.-----

Em relação à Proposta de Revisão apresentada pela Câmara, apraz dizer tal como enunciado no primeiro parágrafo da Proposta: «Torna-se oportuno proceder a ajustamentos», é o que está aqui transcrito. E realmente esta oportunidade de certo modo revela uma jogada contabilística em pleno ano de eleições, esta é que é a realidade. Porque em relação a integração dos valores aprovados pela candidatura QREN, não temos qualquer oposição, pelo contrário, tratando-se de uma Revisão Orçamental e dispondo de certeza da aprovação das candidaturas o procedimento adequado passa pela sua inclusão como reforço desta rubrica.-----

Agora vamos à verdadeira oportunidade, a verdadeira oportunidade desta Revisão é de constatar aquilo que nós já visámos há quatro meses atrás, é que não passou assim tanto tempo, foi há quatro meses que o Partido Socialista na altura em que se discutiu o Orçamento, dissemos que isto era um Orçamento de ficção. Ou era um Orçamento de ficção ou então estaríamos a falar de uma abertura de uma nova empresa dedicada ao ramo imobiliário, porque para este Orçamento deste ano a Câmara Municipal propunha-se alienar vinte e quatro milhões de euros em terrenos. Chamámos Orçamento de ficção e agora passados quatro meses eis que nesta Primeira Revisão aproveitam-se desse facto e dizendo: afinal era realista, vinte e quatro milhões não fomos capazes. E não somos capazes porque realmente na actual conjuntura e há quatro meses atrás a conjuntura era bem clara para todos. E resolve-se substituir esta, enfim graças ao processo de alienação de terrenos substituídos 16,7 milhões de euros pela tal situação de retirar aquilo que foi acumulado ao longo destes anos pelo certo adiar de projectos, em pleno ano de eleições vamos retirar dos trinta e cinco milhões 16,7 milhões, como se fosse algo perfeitamente natural. Mas enfim, avisámos na altura do Orçamento da ficção e agora vêm com este Orçamento contabilístico em pleno ano de eleições dar-nos razão. Aquilo que nos apraz dizer é que realmente isto é um Orçamento de certo modo empolado e compreende-se o porquê, e tal como foi dito anteriormente estamos num período difícil e era preciso haver uma certa contenção, mas curiosamente estamos num ao eleitoral e a contenção, não é isso que vai acontecer. Estamos a aprovar um aumento do Orçamento tal



**Assembleia Municipal**

como vem transcrito aqui e estamos a aprovar a inclusão, praticamente metade do Saldo de Gerência só para este ano eleitoral."-----

6.2.2.3 - A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu gostaria então de com o conhecimento que tenho sobre a construção dos Orçamentos, sobre a Gestão da Autarquia, ajudar a entender estas coisas técnicas, porque de facto há aqui matéria de natureza política e matéria de natureza técnica.-----

Quando um Município elabora, ou uma Junta de Freguesia elabora o seu Plano e o seu Orçamento só pode construir o Orçamento de Despesa com base naquilo que for possível introduzir ao nível do Orçamento de Receita. E o Orçamento de Receita é construído de acordo com o POCAL, ou seja a média das receitas estabelecidas pelo POCAL, obedecendo a essas regras. Bem, e o que é que temos? Temos um Orçamento de Receita, fica absolutamente condicionado à verba de acordo com esses critérios legais e técnicos que estão estabelecidos. No nosso Município o ano passado, e isto é gestão, e é ter condição de antecipar a criação de condições de modo a que as obras que se lançam possam ser pagas a partir de Janeiro e possam ser concretizadas também a partir do momento em que os Concursos são lançados, as adjudicações podem ser feitas, nós tínhamos a decisão que trouxemos a esta Assembleia Municipal, uma Proposta de decisão que foi alienação de património. Alienação de património, por um lado, um conjunto de lotes urbanos que totalizam cerca de sete milhões e qualquer coisa de euros e por outro lado no seguimento da denuncia do Protocolo com o Governo relativamente aos Parques de Estacionamento, numa Proposta de alienação de terrenos e simultaneamente aquisição de Parques de Estacionamento, porque tínhamos estas decisões da Assembleia Municipal e eu já expliquei isto na Câmara, já expliquei isto na Comissão e só não quer entender quem não quer mesmo, porque depois já se trata de jogada política e não propriamente falta de entendimento técnico. Só desculpa quem não ouviu isto e que está a ouvir pela primeira vez. Foi possível naturalmente com base nas decisões da Assembleia Municipal incluir ao nível do Orçamento de Receita a alienação de património. E havendo uma receita mais substantiva do que aquela que resultaria apenas do POCAL, foi possível construir o Orçamento de Despesa pelo valor correspondente. E foi dito na altura quando se discutiu o Plano e Orçamento na Câmara. que estaríamos sujeitos, porque de outro modo se não tivéssemos estas medidas de gestão e esta capacidade de propor à Assembleia Municipal as decisões necessárias em tempo oportuno, nós teríamos parado todos os processos, aquilo que hoje se diz que é preciso que as pequenas e médias empresas tenham trabalho, é preciso e o Governo tem vindo a tomar decisões, tem vindo a anunciar a necessidade de um conjunto de medidas nomeadamente isentando os Municípios dos Concursos Públicos Internacionais para a construção de Escolas e de muitas outras



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

regras para acelerar a adjudicação de obras e dessa maneira criar condições para que as nossas empresas tenham trabalho, para que os trabalhadores possam não ir em tanta quantidade para o desemprego. Nós não paramos as obras, construímos um orçamento sólido e as obras, foi possível adjudicá-las, foi possível continuar a executá-las, foi possível fazer os respectivos pagamentos. Porque não se pode usar o Saldo de Gerência para elaborar o Orçamento do ano seguinte, enquanto a Assembleia Municipal não aprovar o Relatório e a Conta do ano anterior. E portanto estamos a falar de gestão e de capacidade de gestão. Portanto quando há capacidade de gestão antecipam-se as decisões para que depois seja possível construir os instrumentos e foi isso que nós fizemos no nosso Município, antecipar a decisão. No caso concreto de alienação de bens patrimoniais e aquisição de Parques de Estacionamento, sendo certo que temos os bens. Os bens não se perdem, os bens não se deitam fora, os bens são um fundo de financiamento que o Município naturalmente tem e para além deste tem naturalmente como sabem, basta consultar os documentos que fazem parte da Conta para perceber que o Município tem para além destes bens patrimoniais tem outros. E portanto nós não estamos a esgotar os bens patrimoniais do Município. O Município tem vindo ao longo do tempo a conseguir bens patrimoniais significativos por uma gestão de interesse público permanente, respeitando o interesse privado, mas nunca descurando o interesse público. E portanto para além deste património urbanizado que foi decidido pela Assembleia Municipal alienar, felizmente o Município de Almada tem muitos mais bens patrimoniais, mas a população de Almada com certeza que nunca vai entregá-los em mãos que não os utilizem da melhor maneira, ou seja, em seu benefício. Portanto hoje é possível com a aprovação da Conta substituir a alienação de bens patrimoniais cujos valores não foram alcançados porque não adjudicamos a quem nos ofereceu meia dúzia de patacos, porque podíamos ter adjudicado a quem nos ofereceu a todos, ao Município meia dúzia de patacos, mas nós não fazemos negócios de amigos e o interesse público é o que está em primeiro lugar e portanto estamos hoje a substituir um valor que era expectável de bens patrimoniais, pelo Saldo de Gerência, os bens patrimoniais continuam com a autorização da Assembleia Municipal, continuam. Não está rasgada a decisão da Assembleia Municipal e podem naturalmente ser colocados em praça a qualquer momento.-----

Vamos ver a conjuntura, eles foram avaliados, a Assembleia Municipal decidiu qual era a base de licitação e a hasta pública. O Concurso Público foi feito com base nesse valor. Quando nos querem dar meia dúzia de patacos, porque precisamos dos Parques de Estacionamento e o vosso problema é que nós não ficamos aqui bloqueados. O problema é que nós para vossa vontade deveríamos não ter saída, não tínhamos saída, não tínhamos condição de construir Parques de Estacionamento, não tínhamos condição de continuar com o investimento que estamos a fazer para o nosso Concelho, isso era fantástico, porque



## Assembleia Municipal

então sim vocês estavam mais próximo de ganhar as eleições no final deste ano, mas assim estão preocupados porque naturalmente estão afastados dessa possibilidade. Porque há uma gestão rigorosa, há uma gestão de interesse público, as obras não param, o trabalho continua, os trabalhos recebem a tempo e horas, as empresas concorrem às obras na Câmara Municipal de Almada, sabendo que no prazo máximo de trinta dias a contar da apresentação da factura e do respectivo visto têm o pagamento assegurado na Tesouraria e toda a gente quer trabalhar com a Câmara de Almada. É a Câmara que tem neste País maior volume de obras, em todos os domínios, desde o Jardim de Infância; Equipamentos Sociais; Equipamentos Culturais, Desportivos, Educativos, Parques, Jardins, Parques de Estacionamento, etc., etc.. Isto incomoda naturalmente, mas como nós temos condição de fazer andar o Município, como nós temos condição de criar as condições para que a gestão prossiga e a CDU tem a maioria nesta Assembleia, naturalmente que a Revisão Orçamental vai ser aprovada e o povo de Almada vai continuar ter garantidos os seus benefícios e os trabalhadores da construção civil e das empresas e de outros sectores que estão envolvidos nestas obras municipais, vão continuar a ter assegurado o seu posto de trabalho, e vão continuar a ter assegurados os pagamentos de importantes obras que estão a ser feitas no nosso Concelho. Mas também é importante dizer que nesta revisão está aqui demonstrado uma enorme capacidade de iniciativa, de visão, de construção de projectos em parceria e de grande aproveitamento dos poucos fundos estruturais que estão disponíveis para Área Metropolitana de Lisboa. E estão aqui vários projectos aprovados no âmbito do QREN, projectos de grande alcance, projectos que vão marcar já o próximo Mandato e naturalmente que a Revisão Orçamental também contempla esses valores porque já estão a ser feitos projectos, vão ser lançados obras e concursos para essas obras, temos três anos para as fazer, temos três anos, 2010, 2011, 2012, não é 2013. E portanto temos três anos para concretizar as candidaturas no âmbito do QREN. Isso também é preciso que aqui esteja, para que essas obras, esses benefícios para a população sejam concretizadas. Mas também está aqui mais, está o apoio alimentar, o apoio alimentar é, quando se fala de apoio social às famílias, da crise e dos problemas que as famílias estão a ter, também seria bom que se lesse a Revisão Orçamental e que se percebesse que há aqui um extraordinário esforço do nosso Município, no sentido de dar comida a todas as crianças e a muitas crianças que infelizmente face às políticas que tem sido seguidas neste País, hoje têm apenas uma refeição quente mas continuam criadas pela Câmara Municipal, é dito que se trata, a Revisão Orçamental trata apenas e só disto e demonstra uma grande capacidade de iniciativa de visão, de construção de projectos e de gestão e de gestão pública, gestão autárquica."-----

6.2.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



## Assembleia Municipal

Que fique claro que quando eu fiz aqui a intervenção não pus em causa os princípios das regras do POCAL, até porque eu também as conheço. Aliás, nós na altura em que foi apresentado o Orçamento da Câmara para 2009, alertamos logo que o princípio que estava subjacente ao aparecimento do financiamento da obra dos Parques de Estacionamento pela alienação dos terrenos, era algo que não era realista, fruto do contexto macroeconómico que estávamos a viver e que teria que futuramente passar uma ou outra forma de financiamento. Alertámos na altura, porque sabíamos que iriam fazer isto. Nós sabíamos que iriam fazer isto. Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, quando apresenta os terrenos para serem alienados a autorização da Assembleia Municipal, nós já saberíamos que não podiam passar por aí. Não só não poderia passar por aí, pelo contexto que estávamos a viver, como saberíamos que iriam utilizar o Saldo de Gerência e esse é o grande problema, aquilo que eu fiz referência antes, é que não está em causa o apoio alimentar, essa é uma actividade e algo que a Câmara faz, que faz muito bem. Aquilo que está aqui em causa é que parte significativa do Saldo de Gerência vai ser usado num projecto que em 2002 podia ter começado a ser pensado de outra maneira e que foi preciso esperar seis anos para que acordassem para um problema que entretanto foi criado. Portanto, Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara não venha aqui dizer que agora são questões técnicas orçamentais que nós não conhecemos. Nós já sabíamos que ia fazer este movimento orçamental, o grande problema é que o que está aqui em causa é que esta jogada contabilística que tem efeito nulo, como eu referi, tira o financiamento do bem patrimonial e coloca o Saldo de Gerência do ponto de vista contabilístico tem efeito nulo, do ponto de vista económico-financeiro volto a dizer, isto tem a ver com questões técnicas que a Sr.<sup>a</sup> não desmente. Do ponto de vista do Saldo de Gerência existe aqui um movimento que vai tornar mais periclitante o equilíbrio económico-financeiro. Eu sei muito bem do que estou a falar. Eu sei. E a prova que eu sei é que ao fim destes meses a sua Revisão Orçamental veio dar razão ao PSD quando aqui disse que os terrenos não iam servir para financiar coisa nenhuma. Isto é que era fundamental ser dito porque trouxe aqui a autorização quando já sabia que não ia usa-la para este fim. E nós sabíamos isto."-----

6.2.2.5 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Odete Alexandre:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu gostaria de registar que ao longo destas noites que passamos juntos a Sr.<sup>a</sup> Presidente passou o tempo todo a aconselhar-nos calma, porque disse e repetiu várias vezes que este empolgamento tem a ver com as eleições que se aproximam, etc., mas hoje esqueceu-se de recomendar calma a si própria. Hoje esqueceu-se. Hoje sou eu que lhe recomendo, Sr.<sup>a</sup> Presidente, por favor tenha calma. E agora vou-lhe dizer uma coisa, ficamos decepcionados porque a Sr.<sup>a</sup> prometeu-nos uma explicação técnica e eu não a ouvi. Eu só ouvi uma explicação sobre a sua estratégia, não ouvi mais nada. E finalmente quero dizer-



## Assembleia Municipal

lhe outra coisa que eu acho que não é bonito andar aqui a falar tanto do apoio alimentar, sem dizer que os meninos do pré-escolar pagam muito mais pelo seu almocinho do que os meninos do 1º Ciclo, e isso não é bonito. Para trabalho igual salário igual, para almoço igual pagamento igual. Era assim que devia ser."-----

6.2.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação das Propostas Nº 94/IX e Nº 95/IX:-----

6.2.3.1 - A Proposta Nº 94/IX, foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal, Sobreira, e do BE), cinco votos contra (de eleitos do PSD) e oito abstenções (de eleitos do PS, inclusive a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria), através da seguinte deliberação:-----

### Deliberação

**A Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos da alínea b), do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprova a Primeira Revisão ao Plano de Investimentos e ao Orçamento do Município de 2009, que totaliza o valor de €2.754.377,85 (dois milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil e trezentos e setenta e sete euros e oitenta e cinco cêntimos), nos precisos termos da deliberação camarária de 15 de Abril de 2009.**-----

6.2.3.2 - A Proposta Nº 95/IX, foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal, Sobreira, e do BE) e treze abstenções (de eleitos do PS, inclusive a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria e do PSD), através da seguinte deliberação:-----

### Deliberação

**A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea b), do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprova a Primeira Revisão do Plano Plurianual de Investimento e do Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento – SMAS para 2009, nos precisos termos da deliberação camarária de 15 de Abril de 2009.**

7 – Não havendo mais pedidos de palavra deu-se por concluída a agenda da reunião.-----

8 – O Presidente colocou à consideração da Assembleia a Minuta da Acta.-----

8.1 - Foi assim lida e aprovada a Minuta da Acta da presente reunião.-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- 9 - Foi verificada a presença dos Jornalistas Sr. Miguel Ribeiro (Boletim Municipal da Câmara Municipal); Sr.<sup>a</sup> Sandra Carvalho (Agência Lusa); Sr. Fernando Fitas (Noticias de Almada) e de vinte e cinco Srs. Munícipes.-----
- 10 - Verificou-se a presença à Reunião da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emília Guerreiro Neto de Sousa, dos Vereadores Excelentíssimos Senhores José Manuel Raposo Gonçalves; Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino; Carlos Manuel Coelho Revés; António Francisco Salgueiro; António Pedro Roque da Visitação Oliveira; Rui Jorge Palma de Sousa Martins;-----
- 11 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 23H55 do dia 30 de Abril de 2009.-----
- 12 - Por ser verdade se elaborou a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa.-----

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

O 1º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

O 2º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_